



ATA Nº 3/2021

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, no Auditório da Casa da Cultura/Cineteatro de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta do deputado Tiago Filipe Francisco Santos e do Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte minutos, verificando-se a existência de quórum (24 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2021 referente à sessão ordinária de 24 de abril. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2021 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 24 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Filipe Montez Coelho Madeira, Celso Cláudio Ferreira Martins e Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira (27 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----



----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputado José Casimiro Fróis Ferreira -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir aos apoios às associações do concelho no ano de 2020, ano em que, disse, esse apoio ultrapassou os duzentos e setenta mil euros, um esforço significativo, mas que, tal como acontece com as juntas de freguesia, parece sempre pouco, porque muitas delas dependem desses apoios para desenvolverem as suas atividades e ainda mais nestes tempos de pandemia em que as atividades próprias estão muito limitadas e as despesas fixas se mantêm elevadas. Reconheceu, por isso, o trabalho que a Câmara Municipal tem desenvolvido com as associações do concelho, reconhecimento esse que é partilhado pelas próprias associações e beneficiários das atividades realizadas por estas, assim como por outras por confederações a nível nacional, como foi exemplo o Corpo Nacional de Escutas que distinguiu a Câmara Municipal de Rio Maior pelo apoio que dá aos agrupamentos locais. Questionou se já



pode ser avançada alguma informação acerca dos apoios que a Câmara Municipal de Rio Maior já prestou às associações no ano de 2021. -----

----- De seguida, sobre o ambiente, começou por congratular a Câmara Municipal pela colocação de oleões nas freguesias do concelho e questionou para quando está prevista a colocação em locais como, por exemplo, nas Correias ou Vale Marinhas que não foram contemplados nesta fase e que não estão ainda a beneficiar deste tipo de equipamento que é uma mais valia ambiental. -----

----- Terminou referindo-se à distribuição do correio no concelho, que regista atrasos significativos e que, pelo que conseguiu apurar, estarão cerca de cinquenta mil cartas paradas no centro de distribuição de Rio Maior, causando, esse atraso, graves inconvenientes aos cidadãos, que recebem a sua correspondência com mais de um mês de atraso, incluindo faturas com prazos de pagamento. Lembrou que o contrato de serviço de distribuição foi renovado em 2018 e que estará válido até setembro de 2021, e que foi renovado, na altura, já com alguns indicadores de qualidade da prestação de serviços negativos. Apelou, por isso, que possa ser solicitado aos CTT-Correios de Portugal informação de qual é o atraso, neste momento, na entrega de correspondência e se esse atraso supera aquilo que consta do contrato de concessão de serviço público de entrega de correspondência e que essa informação seja remetida, o mais rápido possível, quer ao Ministro das Infraestruturas quer à Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) para que, quando for novamente renovada a concessão, possam ter os dados reais que ajudem na boa negociação da mesma. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- No seguimento das intervenções feitas nas últimas sessões da Assembleia Municipal, onde falou sobre os assuntos que foram concretizados, disse que para esta intervenção aquilo que não foi feito e eventualmente uma outra coisa que foi feita, mas que gostaria de não ter feito. Pediu que estas intervenções possam ser entendidas como um esforço de prestação de contas e de demonstração de evidências daquilo que tem sido a prática cívica e política na freguesia que preside. -----

----- Começou por dizer que uma das situações que ficou por concretizar foi a criação da associação de freguesias a que se propuseram no início de mandato e que acabou por ficar adiada para uma próxima oportunidade e acrescentou que continua a achar que seria uma oportunidade extraordinária para a partilha de recursos e experiência,



sobretudo as pequenas freguesias. Disse ainda que outra das situações que não se conseguiu concretizar foram as obras para um hostel ou equipamento desta natureza, que pudesse reforçar a visitação da zona. Salientou que a pandemia veio acabar com a capacidade de se realizar eventos e conseqüentemente com a possibilidade de criar capacidade de tesouraria para a execução de projetos. -----

----- Lamentou não terem conseguido evitar o corte de uma árvore extraordinária com mais de duzentos anos e que o mandato fique associado a um ato que, embora inevitável, não foi de fácil decisão. Outra situação que lamenta foi não terem conseguido demover a Assembleia Municipal de sair do seu espaço de conforto, não obstante os reiterados convites para essa deslocação, esperando que no futuro possa haver espaço para esse confronto com o meio e com a terra que representam. Reconheceu que esta mudança de mentalidades leva tempo e a formação é um processo contínuo e que neste percurso de quatro anos deixaram algumas tentativas de introduzir num meio com baixa densidade alguns elementos que consideram relevantes, nomeadamente em termos da articulação com a lei, a documentação interna da junta, a migração digital, o procedimento, a organização e a qualidade dos serviços, sendo estas situações, mesmo numa pequena freguesia, estão pejudicadas de trabalho oculto que não logra votos, mas os quais são essenciais para o funcionamento ajustado pós 2022. -----

----- Agradeceu a relação que manteve com todos os elementos da Assembleia Municipal e destacou as intervenções da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e do Deputado António Carlos Antunes e Silva Figueiredo que considerou terem sido os elementos que trouxeram sempre valor acrescentado e contribuíram para que saísse daqui mais valorizado e, pelo menos, com a certeza de que, de facto, é mais aquilo que têm em comum e que nos une do que aquilo que os separa. -----

----- Enalteceu o esforço que foi feito pelo Executivo Municipal no âmbito da relação com as freguesias e disse que o processo de delegação de competências foi sempre gerido de uma forma muito sensata, talvez devido ao facto do Presidente da Câmara ter sido, anteriormente, Presidente de Junta durante bastante tempo, considerando que foi apenas agora beliscado pelo facto de ter sido atualizados os valores relativos a apenas duas freguesias, entendendo, na altura, o próprio, que existiria um compromisso mais ou menos latente de que seria um processo discutido e que não haveria, pelo menos nesta fase ainda, condições para se alterar esse processo. Deu conta que a execução da delegação de competências foi de 130% e que, se há coisa em que se sente confiante é na gestão destas transferências e que gostaria de ver reforçadas, até porque



existem áreas onde, num futuro próximo, deve ser equacionada a possibilidade de ter mais recursos ou um recurso humano afeto de acordo com o valor que fosse possível atribuir para fazer a gestão corrente, considerando, por isso, que deveria ser visto com as freguesias, tal como foi feito ao longo do tempo. -----

----- Reforçou também a importância do projeto da Villa Romana, que há muito tempo considera bem pensado. -----

----- Terminou dizendo que o Partido Socialista em Rio Maior, com as pessoas que tem, é capaz de ter recuperado o seu elemento e que estará disponível para as lutas que se avizinham e que Arrouquelas a todos acolherá, sempre que o desejarem, é uma terra franca onde tudo se fará para as pessoas se sintam bem por lá. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer ao Executivo Municipal a colocação de uma estação do Sistema de Bicicletas Partilhadas de Rio Maior na Freguesia de Asseiceira, permitindo assim a utilização não só na freguesia, mas também a deslocação até à cidade. Afirmou que felizmente este executivo não tem esquecido as freguesias e que, em conjunto com a Desmor, foram também desenvolvidos dois novos projetos de ciclismo e BTT que contemplam todas as freguesias do concelho promovendo uma vida mais saudável, assim como a criação do Gabinete +D+S que disponibiliza um serviço gratuito de avaliação física a toda a população do concelho, promovendo assim, e cada vez mais, Rio Maior como Cidade do Desporto e onde a prática desportiva é para todos e para todo o concelho. -----

----- De seguida referiu-se à situação do IC2 que é um assunto muitas vezes já falado na Assembleia Municipal e que muito preocupa a freguesia de Asseiceira já que irá ser bastante penalizada com a execução das obras, obras essas necessárias, sem dúvida. Questionou, por isso, se há um estudo prévio para a requalificação da EN1, considerando urgente que se possa prever o seu futuro e uma intervenção de fundo após as obras do IC2, assim como também são importantes as ações necessárias antes do trânsito ser desviado para dentro da freguesia. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que as preocupações com a rede viária são transversais a todos e que a freguesia de Rio Maior tem feito um esforço para que as preocupações das suas



populações sejam respondidas e resolvidas e em parceria com a Câmara Municipal tentar minimizar estas necessidades. Destacou, neste âmbito, a intervenção no traçado entre a Senhora da Luz e o Arco da Memória, estrada com consideráveis problemas, que engloba não só pavimentações, mas também o desvio de águas pluviais, planeando as infraestruturas necessárias com vista à salvaguarda das pessoas, dos bens e dos próprios investimentos feitos, e ainda a intervenção na zona norte do concelho, em Atalaia, muito necessária para quem circula e principalmente para quem lá vive e trabalha. -----

----- Relativamente às obras no IC2, confessou que sente já algum pessimismo em relação a determinadas situações que envolvem decisões do Estado Central. e, tal como deste caso em particular, também muito se tem falado dos 2,7 km da EN 114, uma entrada estratégica da cidade e uma via de serviço de grande importância pela sua ligação às áreas industriais e aos acessos a vias de ligação nacionais. Ainda sobre a obra do IC2 disse ter ficado satisfeito pelo anúncio da sua execução, mas que ficará muito mais satisfeito quando esta estiver a decorrer e passar a ser uma realidade fora do papel e de meras promessas. -----

----- De seguida destacou também a construção da rotunda na Avenida Paulo VI, salientando que se tratava de uma intervenção muito necessária, especialmente para organização do trânsito e segurança de quem circula em veículos e a pé, permitindo também a fluidez do trânsito em todos os sentidos. -----

----- Acerca do rio Maior, disse que houve, e bem, um direcionar para as intervenções de valorização do rio, como são exemplo o projeto de requalificação da zona ribeirinha e a construção do Parque do Rio, dando-lhe o enquadramento necessário para que todos possam dele usufruir, desejando que aquele espaço possa ser respeitado por todos, destacando o trabalho exemplar que foi feito em termos da limpeza, numa primeira fase da limpeza da antiga central elétrica, das escadinhas, porque, em seu entender, serviu para devolver mais um espaço aos riomaiorenses. -----

----- Relativamente ao restauro da Fonte 1931, afirmou que se trata de outro dos elementos importantes que integram o património do concelho, ao qual, em seu entender, até à data, não tinha sido dado o devido destaque, dizendo que, em boa hora, a Câmara Municipal de Rio Maior fez aquela intervenção, utilizando os meios técnicos da casa e também da parceria que estabeleceram para empreender essa requalificação.-----



----- Sobre a colocação dos oleões, deu ainda conta que a Junta de Freguesia de Rio Maior, desde que passou a ter responsabilidade na limpeza urbana, tinha essa preocupação e que acredita que com esta alteração haverá agora melhores condições para receber esses resíduos e conseqüentemente um espaço urbano mais bem zelado.-

----- Acerca da situação das faixas de gestão de combustível disse que, não obstante o trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesias, é de extrema necessidade a gestão realizada através das prestações de serviços que a Câmara Municipal contrata para o efeito, pela capacidade de execução e de meios, não só para os espaços que são do município, mas também limpeza das faixas ao longo das vias principais e algumas secundárias, contribuindo assim para a segurança de todos. -----

----- Para terminar destacou três eventos marcantes: o KM 0, que fomenta a prática desportiva informal e que se estendeu às freguesias com a definição de trilhos que permitem simultaneamente a atividade física e a visitação dos locais do concelho; o teatro comunitário, que tem tido enorme envolvimento das populações; e, por fim, os ateliês ao ar livre dirigidos às crianças e aos pais e que têm decorrido um pouco por todos os locais do concelho. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que efetivamente os oleões foram substituídos, pelo menos em Rio Maior, e acrescentou que este tipo de resíduos deve estar em local impermeabilizado ou com bacia de retenção, o que é realçado tanto na Portaria n.º 172/2009, como numa nota técnica da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) sobre a matéria. Questionou, por isso, se estes oleões que estão espalhados pela cidade, por vezes perto de jardins, se não têm que ter o fundo impermeabilizado ou bacia de retenção. -----

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar os parabéns e deixar um agradecimento, nas pessoas do Presidente da Câmara e do Vereador Miguel Santos, pela excelente obra que foi feita nas Marinhas do Sal. Afirmou ainda que o Vereador Miguel Santos tem sido um homem presente nas Marinhas do Sal e congratulou-se com a forte colaboração entre a Cooperativa do Sal e o Município de Rio Maior, que agradeceu em nome do Conselho de Administração e de todos os cooperantes. -----



----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer uma nota prévia quanto à correspondência, dizendo que fez um email ao Presidente da Mesa para que questionasse o Presidente da Câmara relativamente a algumas questões e o mesmo não apareceu na correspondência entrada, pedindo que pudesse ser confirmada a sua entrada. Fez ainda outra nota relativa à quantidade enorme de documentação entregue, dentro do prazo, mas que ainda assim impossível de analisar no tempo disponibilizado. Pediu que quando o volume de documentos fosse este, se tentasse mandar algumas coisas antes para haver condições de analisar toda a documentação. -----

----- De seguida quis deixar algumas referências àquilo que a Coligação Democrática Unitária (CDU) considera marcantes e decisivos e para os quais continuarão a apelar à Câmara Municipal que os considere, como sejam, a questão do pagamento de retroativos do subsídio de insalubridade e risco aos trabalhadores da autarquia e considerá-los todos no valor máximo de risco; a reposição de todas as freguesias existentes em 2013, lutando por isso a uma só voz partidária e deixando as dicotomias entre as estruturas nacionais, que votam contra, e as locais, que se dizem a favor; e, a terminar, a transferência de competências obrigatórias por lei, das quais gostariam que lhes fosse feito um ponto de situação para o concelho, sobre os regulamentos, os custos associados, como está a ser preparado o próximo ano letivo e também o que foi feito relativamente às questões da saúde e da ação social. Resumido, pediu que lhe pudesse ser enviado, antes de se entrar em período eleitoral, o que efetivamente já foi transferido e aceite pelo município. -----

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para felicitar o Executivo Municipal pelo formato escolhido para comemorar o Dia Municipal da Criança, descentralizando para todas as freguesias do concelho e durante três dias fazer espetáculos direcionados às crianças do pré-escolar e 1º ciclo, abordando temas tão importantes como a proteção do ambiente, a alimentação saudável e as competências socioemocionais. Referiu ainda que em paralelo a esta atividade esteve também patente ao público, nos Paços do Concelho, na Biblioteca Municipal e no Cineteatro, uma exposição dedicada ao tema “Ser Criança”,



com os trabalhos realizados por cada turma, e foi ainda oferecido às escolas um musical, em camião palco ao ar livre, intitulado “Musical sobre Rodas”. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se ao Orçamento Participativo Jovem (OPJ) disse que se trata de uma política do município de apoio aos jovens riomaiorenses e aos seus projetos, que teve início já há vários anos, numa aposta clara nas ideias e envolvimento, dando conta que as inscrições para esta edição estão abertas até 31 de julho e de que todos devem apelar à participação na mesma. Acrescentou ainda que nas edições passadas têm sido apresentados projetos muito interessantes a serem desenvolvidos no concelho com um orçamento de doze mil euros, tendo sempre por base a vontade de dar a oportunidade aos jovens. -----

----- Acerca da campanha “Descobre Rio Maior”, que teve o seu início no ano de 2020, e que consiste num conjunto de iniciativas que visam a promoção do concelho e que este ano regressa mais reforçada e mais desenvolvida, com grande enfoque nas redes sociais, mas também com publicidade em outdoors e que serviu e serve para alavancar o turismo uma época muito difícil, congratulando-se com este reforço e esta forte aposta na informação e na publicidade que Rio Maior tanto precisa. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Acerca dos apoios que têm sido dados pela Câmara Municipal às associações do concelho disse considerar ser esse o caminho, já que nenhuma câmara, nem nenhum governo, conseguem fazer tudo sozinhos e é importante saber delegar e permitir que as parcerias, neste caso com as associações, possam colmatar pequenas necessidades pontuais que o executivo não conseguiria. Disse que, no entanto, embora a Câmara Municipal o faça, não o faz de uma forma equitativa, deixando o alerta que as crianças e o ser humano em geral, quanto maior cultura tiver melhor será, apelando para que haja mais sensibilidade para as necessidades que têm certas associações culturais no concelho. -----

----- Referindo-se ao assunto dos CTT, disse que é sabido que existe um problema na distribuição da correspondência e que lhes foi dado a conhecer que a Câmara Municipal enviou diversas cartas sobre o mesmo, mas questionou se a preocupação foi além disso



e além da faturação da água, considerando que a Câmara Municipal deveria ter tido uma postura de fazer parte da solução, tentando perceber qual é o problema junto da administração e sugerindo até alguma solução. Perguntou, por isso, se a Câmara Municipal não poderia ter um papel mais ativo na resolução do problema ao invés de apenas endereçar as cartas e fazer nota pública disso, aparentando assim pouca habilidade para negociar, para conversar e para perceber em que contexto os trabalhadores não estão no ativo e como isso prejudica realmente as populações. Afirmou que para a resolução a Câmara deveria suscitar uma solução junto das entidades responsáveis, demonstrando interesse, que possa perceber onde é que pode ser útil, considerando que para estruturar uma queixa como aquela que formalizou tinha que se ter informado para a fazer e não apresentar uma coisa tão vaga. -----

----- Relativamente à Associação Cultural Ephemera disse que, segundo se sabe, está a arrendar armazéns fora do concelho de Rio Maior para pôr o seu espólio. Afirmou que aquela associação tem um papel importante na cultura política, na cultura social e cultural e eu perguntou se a Câmara Municipal tem conhecimento da intenção deste espólio ir para fora do concelho e que de forma é que está a pensar arranjar uma solução para que haja interação dos riomaiorenses com o acesso a esta cultura. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que é um orgulho ver concretizada a obra do Parque do Rio que privilegia dois dos maiores bens do concelho, a Villa Romana que tantos anos passou despercebida e o rio que deu nome à cidade e que, também ele, andou esquecido. Afirmou que esta é uma obra que vem trazer uma nova centralidade, pensada para as famílias e para as crianças e, por isso, não podia deixar de fazer esse reconhecimento ao Executivo Municipal. Disse ainda que era também um orgulho quando pessoas de fora lhe dizem que Rio Maior é uma cidade muito agradável, bonita e à qual voltarão com toda a certeza. -----

----- Outro assunto que considera um motivo de orgulho foi o documento estratégico 2020/2030 apresentado pelo Executivo Municipal, lamentando que nessa mesma apresentação não tenham estado grande parte dos membros da Assembleia Municipal, já que se trata de um documento importante para os próximos dez anos do concelho. Afirmou que dessa apresentação ficou com a firme convicção que estava no melhor concelho do país, não só pela localização estratégica, mas também pelas



potencialidades nas mais diversas áreas que ficaram demonstradas na visão futura contida no documento apresentado. Acrescentou que este documento resulta da participação de um grupo de pessoas que conhece a realidade do concelho nas mais diversas áreas, desde empresários, dirigentes associativos, agentes culturais e desportivos, entre outros, bem como dos próprios cidadãos anónimos que vivem e respiram Rio Maior, e que visa potenciar o melhor que já existe, mitigar o menos bom e alavancar novas áreas de atratividade e criação de riqueza. -----

----- Terminou dizendo que a união de todos é factor determinante para o bem comum e deu os parabéns ao executivo camarário pelo documento apresentado e afirmou que agora virá a fase de por mãos à obra e concretizar os objetivos traçados. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas, autorizando, desse logo, que a mesma possa ser dada aos vereadores para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dar conta que no que respeita aos apoios dados ao movimento associativo aumentou em 33% em 2020, relativamente ao ano de 2019, e que os valores dos contratos programa subiram mais 10% em 2021, relativamente ao ano de 2020. Disse que a Câmara Municipal presta dois tipos de apoio às associações, que resultam da aplicação do regulamento em vigor, um que prevê o apoio direto à sua atividade, realizado através de contratos-programa celebrados anualmente mediante candidatura das associações, este ano no valor de aproximadamente cento e vinte e três mil euros e outro que reveste uma natureza pontual para obras, equipamentos, entre outros, este ano no valor de aproximadamente cento e trinta e cinco mil e quinhentos euros. Para além destes apoios, referiu ainda que o apoio dado através da utilização de infraestruturas e equipamentos do município, por parte das associações, que só no final do ano é contabilizada. Agradeceu ainda ao Corpo Nacional de Escutas o reconhecimento feito à Câmara Municipal de Rio Maior, o que considera um motivo de orgulho. -----

----- Sobre os oleões disse que foram colocados cerca de trinta por todo o concelho e, sendo necessário, mais serão colocados, salientando que os oleões são, atualmente, completamente estanques, minorando o risco de haver uma fuga para o solo e, conseqüentemente, contaminação, e que são monitorizados de forma a saber-se, a todo



o tempo, qual o nível de enchimento, evitando sobrecarga dos mesmos e que sejam feitas deslocações para recolha em vão. Considerou que se está, de alguma forma, com esta tecnologia a descarbonizar naquele que é o valor da operação e o prejuízo da operação em termos ambientais. -----

----- Acerca da situação relativa aos CTT e aos atrasos na distribuição, afirmou que esta é, ao contrário do que foi dito, uma preocupação grande da Câmara Municipal, não devendo, no entanto, esta entidade substituir-se à empresa nem ao governo no sentido de encontrar soluções, devendo sim, demonstrar a sua preocupação junto das entidades competentes uma vez que se trata de um serviço público que não está a ser devidamente prestado. Disse ainda que a Câmara Municipal apenas mencionou o assunto relativamente às faturas da água porque é aquele que diretamente pode prejudicar os munícipes, por não cumprirem os prazos de pagamento, sem culpa atribuível a esta entidade e que, exatamente para não haver esse prejuízo, foi decidido prorrogar o prazo de pagamento voluntário evitando os custos por atraso, devolvendo-se, inclusive, os valores a quem já tinha tido esse encargo. Deu ainda conhecimento que foram realizadas reuniões com o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, na qual foi transmitida a preocupação e confirmada a falta de pessoal na empresa, estando a trabalhar com cerca de 30% a 40% dos carteiros que realmente precisam, originando um número elevado de correspondência parada em armazém. Disse que perante o conhecimento destes factos a Câmara Municipal fez a reclamação que veio a conhecimento e tomou igualmente posição no Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo no sentido dos municípios que integram pudessem acompanhar a mesma, sugestão que foi aceite por todos, sendo elaborada reclamação conjunta aos CTT e dado conhecimento ao ministro acompanhado de pedido de reunião formal, estando a aguardar informação de quando é que essa reunião poderá decorrer.

----- Relativamente à correção feita aos valores das transferências para as freguesias, esclareceu que foi remetido email para todas as juntas, pelos serviços da Câmara Municipal, para que pudessem dar conta das correções necessárias e afinar os valores de gastos que pudessem não ter sido previsto para o ano de 2021, e que apenas responderam as juntas da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João e de Rio Maior. Informou que os acertos feitos foram relativos à competência da manutenção e limpeza dos espaços verdes e que futuramente, sempre que seja necessário e fundamentado, podem ser efetuados ajustes relativamente a outras juntas.



----- De seguida disse que foi com agrado que ouviu as referências feitas a vários projetos que a Câmara Municipal iniciou, tais como o alargamento da RM Bikes, o KM 0, o “Somos todos um Rio”, o “Atelier ao ar livre”, as comemorações do Dia Mundial da Criança, afirmando que todos eles refletem a política do executivo municipal de diversificar a oferta para todas as faixas etárias e para todas as freguesias. Referiu ainda que também o alargamento do âmbito do “Mais Desporto, Mais Saúde” permite agora à população ter disponível aconselhamento técnico e na atividade física gratuitamente. –

----- Acerca da EN1, no que respeita ao troço que atravessa a Asseiceira, disse que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm vindo a avaliar a situação desde há dois anos para cá, tendo sido efetuado um levantamento topográfico exaustivo de todas as cotas e de todo o trabalho topográfico necessário naquela rua para que possa ser elaborado um estudo prévio no mais curto espaço de tempo. -----

----- Quanto às obras do IC2, disse que em relação à Freguesia de Asseiceira crê que terão que aumentar o número de equipamentos redutores de velocidade naquela via principal porque o trânsito, assim que as obras iniciarem, o trânsito dentro da freguesia vai aumentar para níveis muito superiores, razão pela qual se tem falado em colocar lombas redutoras de velocidade. -----

----- Agradeceu as palavras que foram dirigidas ao executivo relativamente à requalificação da rede viária, dizendo que tem sido feito um esforço no sentido de realizar obras que não sejam superficiais, mas sim estruturais, garantindo, desta forma, a sua durabilidade e manutenção. -----

----- Sobre a EN114, deu conta que o próprio já foi a três apresentações de solução para o local, que a sua antecessora chegou a dizer ao governo para desclassificar a estrada para que a Câmara Municipal pudesse fazer a intervenção, o que foi negado, e que agora se aguarda a apresentação do projeto final, tendo o Diretor Regional, Vítor Sequeira, garantido que o concurso será lançado ainda este ano. -----

----- Relativamente à nova rotunda disse que está solução harmoniosa e que irá resolver o problema de trânsito ali existente. -----

----- De seguida reconheceu o trabalho que a junta de freguesia de Rio Maior fez nas Bocas do rio Maior ao longo deste mandato e disse que este trabalho se junta à obra de requalificação que resultou no Parque do Rio e que representa o âmbito do trabalho que se quer fazer para trazer o rio de novo à vida da população. -----

----- Acerca da requalificação da Fonte de 1931 disse que desde que entrou na vida pública, há já dezasseis anos, que ouvia falar nessa necessidade por se tratar de um



sítio muito querido pelos riomaiorenses e que foi com a maior das alegrias que agora se concretizou essa requalificação com o contributo dos serviços camarários e uma técnica em azulejaria que foi contratada para o efeito. -----

----- No que respeita às obras nas Marinhas do Sal, disse que são obras que se tem vindo a fazer pouco a pouco desde 2019, com a requalificação do passadiço e iluminação e que, de pequeno investimento em pequeno investimento, se tem vindo a fazer a diferença, agradecendo também a colaboração da cooperativa. -----

----- Quanto ao pagamento de retroativos do subsídio de risco e insalubridade e a fixar no máximo o valor do subsídio disse que discorda completamente e que a lei foi aplicada como é suposto. -----

----- Acerca das competências assumidas, referiu que o apuramento dos números que foram pedidos é trabalhoso, mas realizável, dizendo que será pedido um resumo aos serviços das competências que até ao momento foram assumidas na prática, que será apenas na área da educação, já que a saúde e a ação social foram adiadas para o ano de 2022. -----

----- Sobre a situação da Associação Cultural Ephemera, explicou que do conhecimento que tem, não se trata de deslocar o espólio existente na Vila da Marmeleira, mas sim armazenar o aumento de espólio constante, sendo que o Dr. Pacheco Pereira é proprietário de armazéns próprios na margem sul e que será lá que ficará esse espólio que detém para além daquele que ficará na Vila da Marmeleira. -----

----- Agradeceu a intervenção acerca do documento estratégico para 2020/2030 e afirmou que considera este um documento com uma importância fundamental para o futuro do concelho, especialmente porque está ancorado em dois programas que lhe parecem essenciais e que irão marcar definitivamente a próxima década: o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para Portugal e o *Next Generation EU*, que a nível europeu vão ditar as regras para a atribuição de fundos. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório Anual de Contas 2020 | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens | CPCJ** -----

----- **Manifestação de desagrado - Implementação de medidas urgentes para correção dos atrasos verificados na entrega de correspondência no Concelho de Rio Maior** -----



----- **Alteração do Plano Diretor Municipal por adaptação ao plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros** -----

----- **Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Acerca do relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens disse que o que se destaca é o facto de se verificar um aumento na quantidade de casos que quase triplicou de 2019 para 2020, o que confirma o alerta que a CDU já tinha feito em sessão anterior relativamente a esta questão e até direcionado para a questão da prostituição juvenil que começa a crescer, dizendo que felizmente o mesmo não acontece com a criminalidade que não tem assolado Rio Maior, crescendo a banalização, mas não a criminalidade. Sobre o formato deste relatório disse que deveria ter incluída uma análise sociológica com um conteúdo que permitisse saber as causas, os locais com mais incidência, de forma a permitir dar atenção a esses factos e conseguir-se, de certa forma, colaborar e entender para se procurarem soluções. -----

----- Relativamente aos CTT disse que, à CDU, a carta lhes pareceu insuficiente e sem tocar no ponto certo e solicitou que, nesse âmbito, lhe pudesse ser enviada uma cópia do contrato de prestação de serviços existente entre aquela entidade e o município. ----

----- Sobre o documento relativo ao Plano Diretor Municipal (PDM), questionou se este documento que é para integrar no mesmo não deveria ter vindo à Assembleia Municipal para aprovação e se bastam as formalidades de aprovação em reunião da Câmara Municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente ao contrato dos CTT disse que a Câmara Municipal tem um contrato continuado com os CTT no que toca à distribuição da fatura de água e tem uma prestação de serviços pontual sempre que há necessidade de distribuição do boletim municipal ou outra publicação que haja necessidade. Disse que iria dar indicação para ser remetido os respetivos contratos das prestações de serviços com a entidade. -----



----- Solicitou que pudesse dar dada a palavra aos vereadores com os pelouros respetivos para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereadora Maria Leonor Magalhães Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Registou as notas feitas relativamente ao formato e conteúdo do relatório da CPCJ e disse que em sede de comissão alargada essas questões são sempre abordadas, mas que depois não são devidamente vertidas no relatório como seria desejável, afirmando que no próximo isso possa vir a ser corrigido. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que a aprovação da adaptação é da competência da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal, órgão ao qual deverá ser remetido para conhecimento após a aprovação, conforme decorre da lei aplicável. Acrescentou que o Plano de Ordenamento do Parque Natural foi aprovado em 2010, que é um plano superior ao PDM e, portanto, todos os projetos que entraram na câmara depois de 2010 têm que respeitar ambos os instrumentos, sendo que com esta adaptação não há qualquer alteração à aplicação destes planos, apenas a transposição dessas normas para o PDM cumprindo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e os prazos impostos para o fazer (julho de 2021). -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Documentos de Prestação de Contas 2020 do Município de Rio Maior** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende, nos termos do nº 2 do artigoº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, é a aprovação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício 2020, integralmente elaborados nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11/09 – Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades Públicas (SNC –AP), e que englobam: -----

----- Relatório de Gestão; -----

----- Demonstrações Financeiras: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa, Alterações ao Património Líquido, Mapa de Empréstimos e Anexo à DF; -----



----- Demonstrações Orçamentais; -----
----- Demonstração do Desempenho Orçamental, Demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Demonstração da Execução do PPI e AMR, Dívidas a Terceiros Antiquidade dos Saldos; -----
----- Documentos de Suporte. -----
----- Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se, ainda, os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas: -----
----- **Balanco:** -----
----- Total do Ativo – 98.086.000,58€ -----
----- Património Líquido – 87.823.142,44€ -----
----- Passivo – 10.262.858,14€ -----
----- **Rendimentos e Gastos (DR)** -----
----- Rendimentos – 21.270.826,94€ -----
----- Gastos – 20.757.558,62€ -----
----- Resultado Líquido – 513.268,32€ -----
----- **Recebimento e Pagamentos (DFC):** -----
----- Recebimentos: -----
----- Operações Orçamentais – 22.079.642,48€ -----
----- Operações Tesouraria – 113.181,45€ -----
----- Pagamentos: -----
----- Operações Orçamentais – 20.595.451,27€ -----
----- Operações Tesouraria – 123.353,81€ -----
----- **Desempenho orçamental (DDO):** -----
----- Recebimentos – 22.079.642,48€ -----
----- Pagamentos – 20.595.451,27€ -----
----- **Saldos Iniciais e Finais do Desempenho Orçamental:** -----
----- De Operações Orçamentais: -----
----- Inicial – 2.639.346,88€ -----
----- Final – 4.123.538,09€ -----
----- De Operações de Tesouraria: -----
----- Inicial – 205.760,88€ -----
----- Final – 195.588,52€ -----
----- Mais deliberou a aprovação da **Aplicação de Resultados do Exercício 2020**, nos



seguintes termos: -----

----- Transferência do resultado líquido no montante de **513.268,32€** para a **Conta 56 Resultados Transitados**. -----

----- Acrescentou que o ano de 2020 foi altamente marcado a nível mundial pela pandemia, mas que ainda assim, mesmo com este revés, julga ser notório que a Câmara manteve ou até aumentou os níveis de execução e a sua capacidade de intervenção em obra, em resolução de problemas por todo o concelho, contando para isso com a parceria inolvidável das juntas de freguesia, e tudo isto sem aumentar o valor da dívida, antes pelo contrário, reduzindo o saldo a favor do município em cerca de duzentos mil euros. Afirmou que a Câmara cedo percebeu que tinha que estar na linha da frente no combate à pandemia, mas sobretudo no planejar o pós pandemia e considerou que as contas apresentadas revelam transparência e rigor na gestão, capacidade de execução com ponderação e com sustentabilidade. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que a sua intervenção se trata mais de definir uma posição política e determinadas posições para as quais foram eleitos, não obstante a CDU entender que a prestação de contas e o relatório de gestão são momentos importantes decorrentes da lei para análise dos números e comparação entre o permitido e o realizado. Afirmou que mais uma vez, a opção política ideológica para tudo é a prestação de serviços quando para aquilo que a Câmara devia fazer com os seus trabalhadores, aumentando emprego no concelho e não uma plataforma de ajustes diretos, de prestação de serviços como, por exemplo, as empregadas das escolas serem contratadas por nove meses e depois despedidas por três meses, sendo que este tipo de opção prejudica os rio maiorenses, porque fica mais caro cerca de um terço e cria situações desastrosas nos trabalhadores que estão permanentemente em desgaste perante este tipo de situação. -----

----- Acerca das contas disse que a CDU não levanta qualquer questão técnica, nem em relação à sua veracidade e aproveitou para, mais uma vez, para dar os parabéns aos trabalhadores que estão alocados a este trabalho hercúleo e que é muito bem feito pelos trabalhadores que estão ao serviço da Câmara. -----

----- Reiterou que este exercício de poder não serve o concelho de Rio Maior, no entender da CDU, e que as contas podem estar certas, mas que não são elas que desenvolvem o concelho de forma sustentada para o futuro, as contas são a expressão



das realizações, mas as realizações dependem da parte ideológica e dos caminhos que se fizerem. Concluiu dizendo, com o devido respeito e o devido mérito, na medida em que estão legalmente eleitos pela maioria da população para o fazer, no entender da CDU, o que se paga nas prestações de serviços e ajustes diretos, fazendo bem as contas dava para colocar ao serviço da câmara mais dez ou doze trabalhadores. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio não para se referir ao assunto em discussão em concreto, mas sim para agradecer à Câmara Municipal o apoio que tem dado aos clubes da terra, já que o Clube de Natação de Rio Maior, que teve a honra de presidir durante anos, irá ser possivelmente, mais uma vez, o único clube do distrito que vai ter representação olímpica por um atleta que está a morar em Rio Maior, apesar de não ser de Rio Maior, e é pena que o clube, muitas vezes, seja o último contemplado na utilização dos espaços, sendo preterido a favor de quem vem de fora e depois quem leva o nome do concelho mais longe são sempre os atletas da terra e são esses que perduram. -----

----- Acerca das contas, disse que nada a dizer acerca do assunto a não ser, se for possível, se o movimento associativo poder ser um pouco mais apoiado os resultados seriam ainda melhores que aqueles até agora alcançados. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um documento de prestação de contas com milhares de páginas com uma leitura e uma análise complexa, inclusivamente por causa da adoção do novo referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP) para as Administrações Públicas, o que veio afetar a análise comparativa com anos anteriores, nomeadamente ao nível de posições e desempenho financeiro, fluxos de caixa. Continuou realçando alguns aspectos que lhe pareceram mais relevantes como os efeitos da pandemia, que teve um impacto global no ano de 2020 na ordem de 1,1 milhões de euros só a nível do município, considerando que este é um número que reflete não só o acréscimo nas despesas, mas também a redução da receita por se realizarem menos atividades. Afirmou que este é um número impressionante relativamente à dimensão do concelho e ao impacto social que representam os números ainda maiores. Outro dos aspectos a referir é o aumento do número de trabalhadores, cerca de cinquenta em relação a 2009, alguns deles por resultado de concursos, parecendo-lhe, por isso, que a situação humana também foi acautelada e reforçada com



a inclusão de mais trabalhadores, nomeadamente na área da educação por força das circunstâncias da transferência de competências. -----

----- Continuou a análise dizendo que do documento cerca de 86% da receita total de execução corresponde a 94% de receita corrente, portanto baixa um pouco por causa da receita de capital, nomeadamente das transferências dos fundos comunitários para as obras, concluindo que, assim sendo, significa de facto um bom desempenho ao nível da receita no ano de 2020. Ao nível da despesa disse que houve uma realização na ordem dos 72% e que o desvio na despesa é essencialmente explicado com o efeito da pandemia, derivado da diminuição de venda de bens e serviços, menos cobrança de impostos e também da suspensão de atividades culturais e desportivas. Referiu que em termos globais, o executivo conseguiu investir e ao mesmo tempo poupar e, na prática, a redução na ordem dos duzentos e cinquenta e quatro mil euros da dívida total no final de 2020, era de 6,2 milhões de euros em termos de execução de orçamento teve um resultado líquido positivo de 513 mil euros que transitaram para as contas do ano seguinte. -----

----- Para concluir realçou ainda o esforço dos serviços da câmara que não só documentou toda esta prestação de contas, mas que também durante 2020, iniciou a implementação do novo sistema de gestão de contabilidade, esforço esse que trará seguramente uma leitura mais adequada e que permitirá uma gestão mais apoiada e suportada. -----

----- Agradeceu ainda a todos aqueles que estiveram diretamente envolvidos com execução da atividade de 2020, no esforço por manter o orçamento de 2020, com um resultado global muito positivo não penalizando os próximos anos que se espera que sejam ser de grande crescimento e desenvolvimento para o país e também para o município. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a referência ao facto de a câmara contratar por nove meses e enviar três meses para casa diz respeito aos contratos de emprego e inserção (CEI), que são definidos pela Segurança Social e de âmbito nacional e deu ainda conta que grande parte dos rácios de assistentes de ação educativa nas escolas era assegurado por pessoas integradas através de CEI e que, neste momento, o rácio nas escolas é integralmente assegurado por funcionários do município que nos últimos dois anos contratou entre vinte e cinco a trinta pessoas para esse efeito. Disse ainda que,



entretanto, com as saídas por aposentação e outras situações foram também sendo reforçados outros sectores. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor, 6 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Celso Cláudio Ferreira Martins, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira e Susana Carla Alves Franco e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Ponto II – Projeto de Regulamento da Área de Serviço de Autocaravanas de Chãos | Alcobertas – Aprovação** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação do projeto de Regulamento da Área de Serviço de Autocaravanas de Chãos | Alcobertas. -

----- Disse ainda que se trata de um processo que teve início já há algum tempo, na altura iniciado pela Vereadora Ana Figueiredo e depois habilmente continuado pelo Vereador Miguel Santos e afirmou que em bom tempo a Câmara Municipal foi pensando nesta nova forma de captação de públicos diferentes e que agora se finaliza trazendo à Assembleia Municipal para concordância e aprovação. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Afirmou que finalmente a Coligação PSD-CDS dá razão à CDU cumprindo uma das suas propostas do programa eleitoral que era um parque de autocaravanas em Chãos – Alcobertas, embora fique aquém do que a CDU propunha. -----

----- De seguida questionou se foi feito algum estudo de viabilidade económica para serem consideradas unicamente cinco caravanas, que a CDU considera pouco, e se o regulamento prevê alguma solução se de facto aparecerem mais do que cinco autocaravanas, tendo em consideração que não será possível ficar no meio envolvente. Por outro lado, também questionou qual o critério para o cálculo das diárias e das contraordenações, sendo que as contraordenações estão explicitadas em valores de mínimos e máximos, mas o valor das tabelas diárias não fazem. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que efetivamente o espaço tem uma lotação de cinco autocaravanas e em bom rigor não existe solução, estando o parque cheio, tal como qualquer equipamento, cheio está. -----



----- Solicitou que pudesse dar dada a palavra Chefe de Divisão da área para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Chefe de Divisão da Unidade de Desporto, Turismo e Cultura** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que as contraordenações previstas são as que constam da legislação aplicável e que no que se refere ao espaço, disse que as regras de construção das áreas de serviço de autocaravanas preveem um limite de m2 para cada uma das autocaravanas e o espaço escolhido apenas comporta cinco autocaravanas, permitindo manobras de entrada e saída e também prevendo todas as questões de segurança, de higiene e limpeza. -----

----- Quanto aos valores e ao estudo de viabilidade disse que foram efetuados pelos serviços e em consonância com as diretrizes da entidade do turismo, com o objetivo de regular o setor e, simultaneamente, proteger o ambiente, assegurar a segurança nestes locais e impulsionar o comércio local e o turismo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Ponto III – Regulamento de comunicação prévia e fiscalização de espetáculos de natureza artística | aprovação** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação do projeto de Regulamento de Comunicação Prévia e Fiscalização de espetáculos de natureza artística. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Como nota prévia disse que os regulamentos devem ser feitos com uma linguagem clara, concreta e concisa sem adjetivações despropositadas ou exageradas para evitar leituras subjetivas ou até conturbadas porque este, como outros documentos que presentes a esta Assembleia para decisão, são, em muitos pontos, contraditórios no seu discurso e exemplificou dizendo que se fala no período para audiência pública, sem que ninguém tenha apresentado nada, e logo adiante contradiz dizendo que não era necessário ir a audiência pública, chamando à atenção que quem escreveu deveria ter mais atenção a isso. -----



----- Seguindo, disse que a CDU, uma vez mais, teve razão nos seus princípios e valores na defesa das situações idênticas a esta, como a regulação e fiscalização desta questão, sendo que no entender da CDU esta não é nenhuma delegação nem descentralização de competências, mas sim meramente uma desresponsabilização do estado central, empurrando para as autarquias locais, e esquecendo-se que os cidadãos já pagam os seus impostos para que essa competência central seja cumprida e que agora terá que pagar mais à câmara. -----

----- Questionou, no âmbito desta transferência e do regulamento a discussão, se as coletividades, associações, clubes, comissões de melhoramentos, associações de Jovens, que têm como objeto servir as comunidades e as populações sem fins lucrativos, estão, ou não, isentos do pagamento destas taxas. -----

----- Por fim, afirmou que o movimento associativo tem que ser visto pelo poder local como uma força viva e promotora do desenvolvimento integrado do concelho e não como um instrumento de ação partidária, lembrando que as coletividades no concelho são as grandes dinamizadoras de atividades e projetos, voluntariamente, com pessoas que não ganham absolutamente nada para o fazer e que, com essa intervenção, ajudam a desenvolver cidadãos que são mais participativos, mais ativos e sobretudo são saudáveis. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Acerca da referência à audiência prévia esclareceu que, segundo informação dos serviços, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo (CPA) a audiência prévia para constituição de interessados tem que ser feita, definido um prazo para que a mesma possa ocorrer e o que é dito na informação é que nesse prazo ninguém se constituiu interessado no procedimento e conseqüentemente não houve lugar a audiência de interessados porque ninguém se constitui interessado. Acrescentou que a consulta pública diverge da audiência prévia e este procedimento em particular não carece de consulta pública. -----

----- No que respeita à questão colocada disse que iria solicitar os esclarecimentos ao Chefe de Divisão da área e que estas seriam enviadas por escrito. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor, 2 votos contra das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e 1 abstenção do Deputado Municipal António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (29 presenças). -----



----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo**
que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- “A minha declaração de voto pretende-se com a já aludida, em sessões anteriores, discordância com a metodologia tomada pelo governo português, no que respeita ao processo descentralização de competências, à respetiva discussão e à forma como é imposta, quer em sede de Assembleia da República quer às respetivas Assembleias Municipais e Comunidades Intermunicipais.” -----

----- **Ponto IV – Alteração de valores dos recursos financeiros para os órgãos das Freguesias no âmbito do processo de transferência de competências | 2022 | n.º 6 do artigo 6º do Decreto lei n.º 57/2019, de 30 de abril** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da proposta de alteração de valores dos recursos financeiros para os órgãos das Freguesias no âmbito do processo de transferência de competências para o ano de 2022. -----

----- Acrescentou que no espírito e seguimento da lei que regula o processo de transferências de competências, as competências transferidas devem ser motorizadas e anualmente revistas pela Câmara Municipal em conjunto com as Freguesias no sentido de ir adequando os recursos às reais necessidades de execução e que é nesse sentido que se apresenta esta retificação para o ano de 2022, na sequência das informações das juntas em que apresentaram um pedido de retificação fundamentado no âmbito da competência referente à manutenção e conservação de espaços verdes, onde existiam falhas detetadas durante a execução do ano de 2021. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa**
que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU defende que o Poder Local Democrático deve basear-se no princípio da responsabilidade mútua entre Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, mas a delegação de competências tem que assentar no princípio de delegar para se fazer obra



e não delegar para manter só a porta aberta. Os protocolos têm que ser considerados meios financeiros, mas também partilha de maquinaria e de equipamentos. As verbas propostas são manifestamente insuficientes e até discriminatórias uns em relação aos outros”. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal a proposta de os assuntos referentes aos pontos V e VI, pudessem ser apresentados e discutidos em conjunto e depois votados individualmente. -----

----- A proposta foi aprovada por todos os membros presentes da Assembleia Municipal (28 presenças). -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou as propostas da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da atribuição de dois apoios financeiros a duas Juntas de Freguesia, Arroquelas e Fráguas, no montante de € 6 500, (seis mil e quinhentos euros) e de € 9 000, (nove mil euros), respetivamente, ambos destinados à aquisição de viaturas. -----

----- Mais disse que esta tem sido uma política seguida por este executivo que, para além dos recursos transferidos no âmbito da transferência de competências, quem em 2017 rondava os trezentos mil euros e no ano de 2021 perto de um milhão de euros, se vão desenvolvendo investimentos pontuais e adquirindo equipamentos necessários a cada junta. Assim, disse, à semelhança de situações anteriores, pretende-se agora dar o mesmo tipo de apoio tanto à Freguesia de Arroquelas como à Freguesia de Fráguas para alargarem o seu parque de viaturas, dando mais qualidade ao serviço que prestam e que a Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades, acompanha com cerca de 50% do investimento para cada uma delas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **Ponto V – Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Arroquelas para aquisição de viatura** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----



----- **Ponto VI – Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Fráguas para aquisição de viatura** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Ponto VII – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Rio Maior | Ano 2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação, nos termos do disposto da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dos documentos das Contas Consolidadas 2020, integralmente elaboradas nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11/09 – Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades (SNC-AP), e que englobam: -----

----- Relatório de Gestão Consolidado;-----

----- Demonstrações Financeiras Consolidadas: Balanço Consolidado, -----

----- Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza, -----

----- Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido, -----

----- Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas. -----

----- Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de Consolidação de Contas, os quais devem constar da ata:-----

----- Balanço Consolidado:-----

----- Total do Ativo Consolidado – 98.829.540,02€; -----

----- Património Líquido Consolidado – 87.822.851,20€; -----

----- Passivo Consolidado – 11.006.688,82€;-----

----- Rendimentos e Gastos Consolidados (DR); -----

----- Rendimentos Consolidados – 23.040.939,85€; -----

----- Gastos Consolidados – 22.528.014,11€; -----

----- Resultado Líquido Consolidado – 512.925,74€

----- Recebimentos e Pagamentos Consolidados(DFC): -----

----- Recebimentos Consolidados – 23.074.753,41€: -----

----- Pagamentos Consolidados – 22.774.425,50€. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Celso Cláudio Ferreira Martins, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor Avelino de Sousa Ramos de Jesus – Leiria** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse ser proprietário de uma loja no Centro Comercial “O Salinas” e que há um senhor que comprou umas lojas e faz o que bem quer e entende: de três lojas fez uma, passou de comércio para serviços, não deu conhecimento à câmara como era devido e, de acordo com documentos que tem, quando uma pessoa exerce determinada atividade num estabelecimento e depois passa de comércio a serviços tem que pedir à câmara autorização para realizar esse mesmo serviço. Continuou dizendo que outra coisa que fez foi no terraço do Centro Comercial Salinas, onde construiu um pavilhão onde está a dar formação, situação que o próprio comunicou à câmara, e sobre a qual, vinte e um dias depois, câmara lhe deu conhecimento que teria comunicado ao tribunal a desobediência do individuo em fazer obras depois de ter sido notificado para as parar. Disse ainda que o Senhor António Carreira fez um buraco no terraço para ir para o dito pavilhão, que gerou entulho, conforme também comunicou à câmara, que lhe respondeu também passados os vinte e um dias, que já teria sido retirado. Mais afirmou que tinha fotografias de uma outra situação que diz respeito ao tempo em que fizeram um prédio encostado ao Centro Comercial Salinas, sobre a qual sabia que o empreiteiro que construiu o prédio disse que, para a Rua Jose Pedro Inês Canadas, existiriam duas



portas e que, atualmente, só existe uma, porque a porta em causa existiu quando foi vistoriado. Afirmou que enviou para a câmara municipal toda a documentação sobre a situação e considera que é uma vergonha o que se está a passar, tendo o próprio já explanado esta situação em reunião de Câmara Municipal dizendo inclusive que ou havia corrupção moral ou material, e sobre essa situação todos se calaram e ninguém pediu explicações. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que pudesse dar dada a palavra ao Vereador da área das obras particulares para os esclarecimentos necessários. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Deu conta que relativamente a esta situação já existem denúncias e irregularidades desde 2003 e que em 2016/2017 quando o Senhor Avelino se dirigiu à Câmara Municipal, foi solicitada uma elencação de todas as situações que, do ponto de vista do Senhor Avelino, eram os problemas do Centro Comercial e os serviços jurídicos e de urbanismo responderam a todas as questões colocadas pelo próprio. Solicitou ao Senhor Avelino que se alguma ficou por responder lhe possa fazer chegar para que se possa responder. -----

----- Relativamente à execução de obras ilegais disse que foi o que aconteceu, e que a própria câmara municipal mandou parar e embargou a dita obra, embargo que não foi cumprido, situação de desobediência que a Câmara Municipal participou ao Ministério Público, estando o processo a decorrer. Disse ainda que existe uma situação complicada que envolve o condomínio constituído, o que levou a que as obras ordenadas pela Câmara Municipal, na sequência de vistoria de salubridade, não tivessem sido executadas, obrigando a câmara municipal a encerrar parte do centro comercial por não ter condições de utilização. Deu conta que o passo seguinte, caso não sejam realizadas as obras pelo condomínio, será a câmara municipal tomar posse administrativa para fazer as obras e depois solicitar o pagamento devido dos custos com as mesmas ao condomínio, incluindo as frações habitacionais, porque é assim que a lei o determina. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26 DE JUNHO DE 2021

----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____